

# CETESB

## Demonstrações Financeiras

30 de Setembro de 2025

### Índice

#### Demonstrações Financeiras Individuais

Release.....	2
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado.....	7
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração do Resultado Abrangente .....	10
Demonstração do Valor Adicionado.....	11
Notas Explicativas.....	12

#### Pareceres e Declarações

Relatório de Revisão das Informações Contábeis Intermediárias .....	42
---------------------------------------------------------------------	----

# RESULTADOS 3T25



Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística  **SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO

Apresentamos os principais resultados econômicos e financeiros da CETESB referentes ao terceiro trimestre de 2025, com os valores expressos em milhões de reais, acompanhados de comentários analíticos sobre desempenho e tendências.

## BALANÇO PATRIMONIAL

Ao final do terceiro trimestre de 2025, o total de ativos da CETESB somou R\$ 326,3 milhões, refletindo uma redução de 9% em relação ao final de 2024. O Patrimônio Líquido foi de R\$ 38,8 milhões, representando uma queda de 60% em comparação ao final de 2024. Essa redução é explicada diretamente pelo prejuízo contábil de R\$ 60,1 milhões registrado no acumulado de 2025, que impactou negativamente as reservas de lucros acumulados, resultando em contração do valor patrimonial da Companhia.

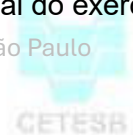
O Capital Social manteve-se estável em R\$ 170,4 milhões, preservando a estrutura de capital da Companhia.

## RECEITAS

As receitas da CETESB no terceiro trimestre de 2025 incluem subvenções recebidas da Fazenda do Estado, bem como aquelas originadas de atividades de poder de polícia, como licenciamento ambiental, aplicação de multas e taxas de fiscalização. Outras fontes relevantes de receita englobam a venda de serviços e produtos, que incluem análises laboratoriais, certificação de veículos, cursos oferecidos pela Escola Superior, emissão de certidões, entre outros.

Receitas	3T25	3T24	Δ Valor	Δ %
Subvenção do Estado	0,00	33,76	(33,76)	(100%)
Licenciamento	106,00	108,44	(2,44)	(2%)
Multas Ambientais	21,58	16,88	4,69	28%
Taxa de Fiscalização Ambiental	0,00	17,92	(17,92)	(100%)
Venda de Serviços e Produtos	4,84	4,43	0,41	9%
<b>Receita Bruta</b>	<b>132,41</b>	<b>181,43</b>	<b>(49,01)</b>	<b>(27%)</b>
Deduções (-)	(7,72)	(7,05)	(0,67)	9%
<b>Receita Líquida</b>	<b>124,69</b>	<b>174,37</b>	<b>(49,68)</b>	<b>(28%)</b>

Pode-se observar que, no terceiro trimestre de 2025, não houve repasse da subvenção estadual nem da Taxa de Fiscalização Ambiental. Tal fato impactou significativamente as receitas do período, com redução expressiva em relação aos trimestres anteriores. Essa suspensão temporária dos repasses decorre diretamente do elevado nível de caixa acumulado pela Companhia desde o final do exercício de



# RESULTADOS 3T25

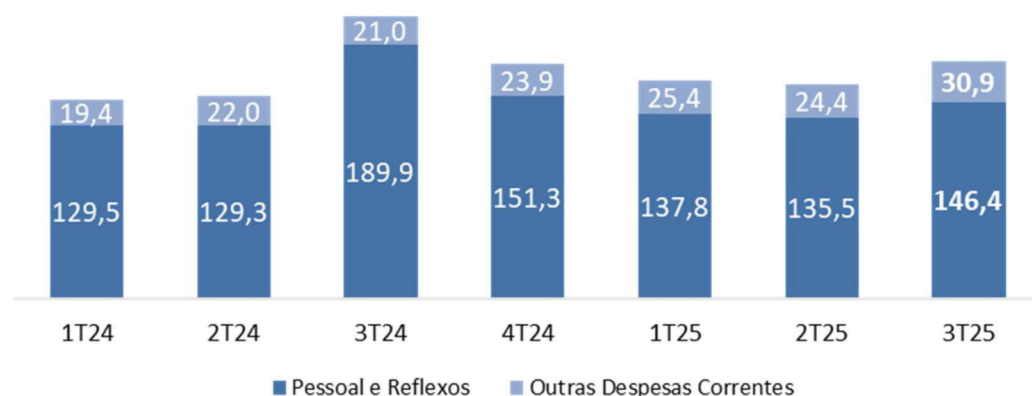
2024, decorrente de ingressos extraordinários oriundos de multas inscritas em dívida ativa, sendo de R\$ 61 milhões em dezembro de 2024 e de R\$ 41 milhões em abril de 2025.

Conforme prática usual da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em situações com superávit de caixa, os repasses são realizados de forma proporcional à necessidade financeira, sendo retomados gradualmente à medida que o saldo acumulado se reduz.

## CUSTOS E DESPESAS

A Companhia conseguiu manter seus custos e despesas sob controle, embora tenha registrado variações pontuais nos últimos períodos. No terceiro trimestre, as outras despesas correntes totalizaram R\$ 30,9 milhões, representando um aumento de 47% em relação ao mesmo período de 2024. Em comparação com o segundo trimestre de 2025, houve aumento de 26%. Esse crescimento está relacionado ao aumento dos investimentos em serviços de TI da Companhia.

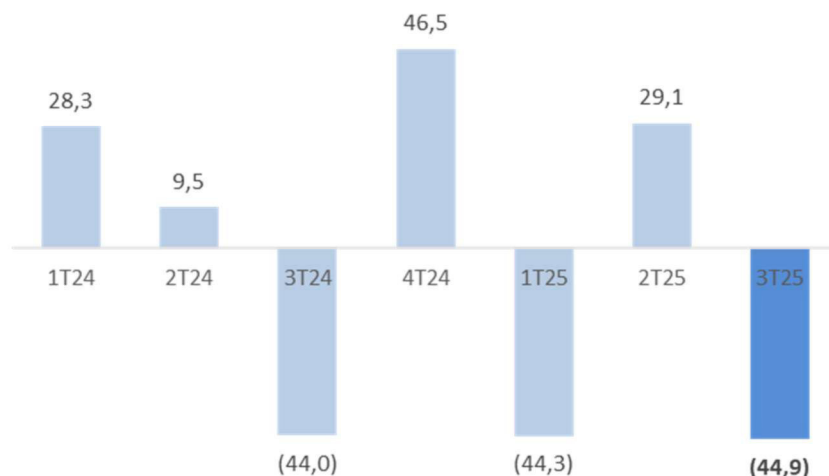
Por outro lado, os gastos com pessoal e seus reflexos totalizaram R\$ 146,4 milhões, representando uma redução de 23% em relação ao terceiro trimestre de 2024. Essa queda decorre de um evento não recorrente registrado em setembro de 2024, quando houve o provisionamento das despesas relacionadas ao PDI. Comparado ao segundo trimestre de 2025, houve um aumento de 8% nos gastos de pessoal, resultado, em grande parte, do dissídio da Companhia registrado contabilmente somente no terceiro trimestre. Esses resultados evidenciam o esforço contínuo da Companhia em otimizar suas despesas, preservando o equilíbrio financeiro e assegurando a manutenção da qualidade dos serviços prestados.



## RESULTADO DO PERÍODO

A Companhia registrou prejuízo contábil de R\$ 44,9 milhões no terceiro trimestre de 2025, representando uma redução expressiva de 246% em relação ao mesmo período de 2024, quando a Companhia registrou lucro de R\$ 3,2 milhões.

# RESULTADOS 3T25



No acumulado do ano, a Companhia apurou prejuízo contábil de R\$ 60,1 milhões, em contraste com o lucro de R\$ 41,1 milhões registrado no mesmo período de 2024. Esse resultado é explicado, principalmente, pela redução expressiva no repasse da subvenção do Estado, que totalizou apenas R\$ 21,4 milhões em 2025, frente aos R\$ 100,3 milhões recebidos no mesmo período do ano anterior.

## FLUXO DE CAIXA

Ao longo de 2025, a posição de caixa da Companhia apresenta redução e tende a retornar aos níveis de normalidade, conforme o esperado. O saldo final de caixa em 30/09/2025 foi de R\$ 97 milhões, representando uma queda de 23% frente ao mesmo período de 2024.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado negativo do trimestre, embora expressivo, era esperado em função da ausência do repasse da subvenção do Estado no período. A redução no repasse da subvenção de custeio reflete uma prática recorrente da Secretaria da Fazenda, que ajusta os repasses conforme a disponibilidade de caixa da Companhia — neste caso, elevada em razão do ingresso de receitas extraordinárias provenientes de multas inscritas na dívida ativa no último trimestre de 2024 e no segundo trimestre de 2025. A expectativa é de que os repasses sejam gradualmente retomados ao longo do quarto trimestre, à medida que o saldo de caixa se normaliza.

Além disso, a Companhia vem demonstrando rigor no controle de custos e despesas, mantendo uma gestão eficiente dos recursos e evitando pressões adicionais sobre o resultado operacional. Esse equilíbrio tem permitido preservar um baixo grau de endividamento e garantir uma execução orçamentária

# RESULTADOS 3T25

responsável, assegurando a continuidade das operações e reforçando a sustentabilidade financeira da CETESB no médio e longo prazo.

A auditoria independente, realizada pela AUDILINK & CIA. Auditores, emitiu parecer sem ressalvas, com parágrafo de ênfase relativo à existência de contingências fiscais em discussão judicial, no montante de R\$ 96 milhões, referentes a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil nos exercícios de 2009, 2016 e 2017, relacionados ao PIS/PASEP, COFINS e CSLL. Essas contingências foram classificadas como de risco de perda possível e encontram-se devidamente divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

Adicionalmente, em razão de decisão publicada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), a contingência fiscal relativa à CSLL do exercício de 2013 foi reclassificada de risco de perda possível para provável no terceiro trimestre de 2025. Em decorrência disso, foi constituída provisão contábil no montante de R\$ 8,6 milhões, valor este já atualizado com os correspondentes juros de mora e multa de ofício. Houve, ainda, parágrafo de ênfase referente às discussões administrativas envolvendo contribuições previdenciárias, que se encontram integralmente provisionadas. Os processos seguem sendo acompanhados pela auditoria independente, a qual não identificou, até a presente data, a necessidade de constituição de provisões adicionais.

Em outros assuntos, a auditoria independente registra que a Companhia passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado como parte integrante das demonstrações financeiras a partir do segundo trimestre do exercício corrente. Tal apresentação foi considerada adequada e em conformidade com as normas contábeis vigentes, tendo recebido o reconhecimento expresso da auditoria independente.



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de setembro de 2025 e 2024

ATIVO	Nota	30.09.2025	31.12.2024	Variação
<b>CIRCULANTE</b>		<b>146.754</b>	<b>143.177</b>	<b>2%</b>
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios	4	86.883	118.036	(26%)
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados	4	10.172	7.565	34%
Clientes e Outras Contas a Receber		961	816	18%
Adiantamentos a Empregados	5	8.029	4.076	97%
Adiantamentos a Fornecedores		6.549	540	1.113%
Impostos a Recuperar	6	320	1.391	(77%)
Parcelamentos a Receber	7	6.256	5.961	5%
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	25.029	951	2.532%
Estoques		1.130	1.077	5%
Despesas Exercício Seguinte		1.425	2.764	(48%)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>179.508</b>	<b>215.309</b>	<b>(17%)</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		33.338	58.500	(43%)
Depósitos Judiciais	15	12.294	12.874	(5%)
Adiantamentos a Empregados	5	401	431	(7%)
Parcelamentos a Receber	7	10.929	11.282	(3%)
Antecipação de Dividendos	17d	7.133	7.133	0%
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	-	24.605	(100%)
Impostos a Recuperar	6	2.581	2.175	19%
IMOBILIZADO	9	145.676	155.698	(6%)
INVESTIMENTO		8	8	0%
INTANGÍVEL	10	486	1.103	(56%)
<b>TOTAL</b>		<b>326.262</b>	<b>358.486</b>	<b>(9%)</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.09.2025	31.12.2024	Variação
<b>CIRCULANTE</b>		<b>166.108</b>	<b>134.780</b>	<b>23%</b>
Fornecedores	11	13.858	7.074	96%
Salários e Remunerações a Pagar	12	86.680	69.802	24%
Impostos e Contribuições a Recolher	13	25.778	32.785	(21%)
Adiantamentos de Convênios	14	7.176	3.458	108%
Adiantamentos de Clientes		1.468	533	175%
Outras Contas a Pagar		221	103	115%
Provisão para Contingências	15	30.879	19.791	56%
Provisão para Contribuição Social		48	1.234	(96%)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>121.346</b>	<b>126.038</b>	<b>-4%</b>
Impostos Reservas de Reavaliação		392	413	(5%)
Impostos e Contribuições a Recolher	13	22.434	27.938	(20%)
Adiantamentos de Convênios	14	2.997	4.106	(27%)
Provisão para Contingências	15	30.059	33.871	(11%)
Provisão para Contrib. Prev.	16	65.464	59.710	10%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>38.808</b>	<b>97.668</b>	<b>(60%)</b>
Capital Social	17a	170.377	170.377	0%
Ações em Tesouraria ( - )		(1)	(1)	0%
Reservas de Reavaliação	17b	18.502	18.714	(1%)
Prejuízos Acumulados	17c	(150.070)	(91.422)	64%
<b>TOTAL</b>		<b>326.262</b>	<b>358.486</b>	<b>(9%)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SÃO PAULO

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 3T25**

Valores em milhares de reais



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Setembro de 2025 e 2024

	nota	Acumulado 01.01.2025 a 30.09.2025	Acumulado 01.01.2024 a 30.09.2024	3º Trimestre 01.07.2025 a 30.09.2025	3º Trimestre 01.07.2024 a 30.09.2024	Variação Acumulado 2024/2025
<b>RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS</b>						
Subvenção de Custeio		21.382	100.295	-	33.758	(79%)
Exercício do Poder de Polícia Delegado:				-	-	
<i>Licenciamento</i>		301.455	291.863	106.001	108.437	3%
<i>Multas Ambientais</i>		92.205	43.586	21.576	16.883	112%
<i>Taxa de Fiscalização Ambiental</i>		22.819	27.208	-	17.916	(16%)
Venda de Serviços e Produtos		13.264	10.472	4.838	4.431	27%
Deduções		(24.199)	(18.469)	(7.722)	(7.055)	31%
<b>TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS</b>	18	<b>426.926</b>	<b>454.955</b>	<b>124.693</b>	<b>174.370</b>	<b>(6%)</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS</b>	19	<b>(348.166)</b>	<b>(333.594)</b>	<b>(123.483)</b>	<b>(117.908)</b>	<b>4%</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>78.760</b>	<b>121.361</b>	<b>1.210</b>	<b>56.462</b>	<b>(35%)</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>						
Despesas Administrativas	19	(152.232)	(130.105)	(53.809)	(45.681)	17%
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		6.994	8.118	2.933	2.576	(14%)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	20	1.434	42.768	2.742	(8.960)	(97%)
		<b>(143.804)</b>	<b>(79.219)</b>	<b>(48.134)</b>	<b>(52.065)</b>	<b>82%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS</b>		<b>(65.044)</b>	<b>42.142</b>	<b>(46.924)</b>	<b>4.397</b>	<b>(254%)</b>
<b>ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS</b>	21	4.978	183	1.977	129	2.620%
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(60.066)</b>	<b>42.325</b>	<b>(44.947)</b>	<b>4.526</b>	<b>(242%)</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		(48)	(1.234)	-	(1.234)	0%
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO</b>		<b>(60.114)</b>	<b>41.091</b>	<b>(44.947)</b>	<b>3.292</b>	<b>(246%)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL</b>			R\$ 7,23	R\$ -	R\$ 0,58	100%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 3T25

Valores em milhares de reais



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de



SÃO PAULO  
GOVERNO DO ESTADO

Informações Financeiras Intermediárias - 30 de Setembro de 2025 e 2024

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		30.09.2025	30.09.2024
Lucro/Prejuízo do Período	Nota	(60.114)	41.091
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão/Reversão Contingências Trabalhistas/Cíveis	15	(369)	(41.109)
Provisão para Contribuições Fiscais	15	9.563	798
Provisão para Contribuições Previdenciárias	21	5.753	6.457
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		(13.356)	(25.729)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras		1.945	2.127
Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados		(5.970)	(5.733)
Provisão Plano de Carreira		-	1.984
Provisão Férias/13ª Salário/Licença Premio		22.542	17.791
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(1.186)	1.164
Ajustes Exercícios Anteriores		1.234	-
Depreciação do Imobilizado	9	15.581	14.111
Baixas de Depreciação	9	(110)	(3.349)
Amortização do Intangível	10	617	617
Realização Reserva de Reavaliação		21	21
Saldo transferência entre contas	9	(26)	-
Ajustes Imobilizações em andamento	9	3.525	118
Baixas no Ativo Imobilizado	9	281	3.496
Baixas no Intangível		-	-
Subtotal		(20.069)	13.855
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante			
Clientes e Outras Contas a Receber		(134)	(334)
Adiantamentos a Empregados		(3.744)	(4.636)
Adiantamentos a Fornecedores		(6.009)	977
Impostos a Recuperar		136	(1.403)
Parcelamentos a Receber		(1.547)	3.206
Valores a Receber - Dívida Ativa		13.883	24.251
Estoques		(52)	(347)
Despesas Exercício Seguinte		1.339	449
Depósitos Restituíveis		580	44.202
Subtotal		4.452	66.365
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante			
Fornecedores		6.784	(4.799)
Salários e Remunerações a Pagar		306	(66)
Impostos e Contribuições a Recolher		(12.512)	(5.438)
Adiantamentos de Convênios		2.607	(1.149)
Adiantamentos de Clientes		935	653
Outras Contas a Pagar		118	(4)
Impostos Reservas de Reavaliação		(21)	(21)
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	15	(1.917)	(1.553)
Subtotal		(3.700)	(12.377)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais		(19.317)	67.843
Atividades de Investimento			
Aquisição de Intangível		-	-
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	9	(9.229)	(12.577)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(9.229)	(12.577)
Atividades de Financiamento			
Recursos destinados a Aumento de Capital		-	-
Bens recebidos em Doação		-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		-	-
Capital Circulante Líquido		(28.546)	55.266
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa		125.601	70.340
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa		97.055	125.606
Variação Líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa		(28.546)	55.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -3T25

Valores em milhares de reais



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Setembro de 2025 e 2024								
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva de Lucros Legal	Reservas de Lucros Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
								-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	170.377	(1)	-	-	-	18.998	(132.018)	57.356
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(212)	-	(212)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	233	233
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	41.091	41.091
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024	170.377	(1)	-	-	-	18.786	(90.694)	98.468
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	170.377	(1)	-	-	-	18.714	(91.422)	97.668
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(212)	-	(212)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	233	233
Resultado Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	1.233	1.233
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(60.114)	(60.114)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025	170.377	(1)	-	-	-	18.502	(150.070)	38.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE- 3T25

Valores em milhares de reais



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



SÃO PAULO  
GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de setembro de 2025 e 2024				
	Acumulado 01.01.2025 a 30.09.2025	Acumulado 01.01.2024 a 30.09.2024	3º Trimestre 01.07.2025 a 30.09.2025	3º Trimestre 01.09.2024 a 30.09.2024
PREJUÍZO/LUCRO DO EXERCÍCIO	(60.114)	41.091	(44.947)	3.292
Realização das reservas de reavaliação	(212)	(212)	(71)	(71)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	233	233	77	77
Resultados de exercícios anteriores	1.233	-	1.234	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(58.860)	41.112	(43.707)	3.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - 3T25

Valores em milhares de reais



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de setembro de 2025 e 2024				
	Acumulado 01.01.2025 a 30.09.2025	Acumulado 01.01.2024 a 30.09.2024	3º Trimestre 01.07.2025 a 30.09.2025	3º Trimestre 01.07.2024 a 30.09.2024
<b>1 – RECEITAS</b>	<b>449.911</b>	<b>515.271</b>	<b>132.574</b>	<b>182.479</b>
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	13.264	10.468	4.838	4.430
1.2) Outras receitas	429.652	458.393	124.803	175.473
1.2.1) Subvenção de Custeio	21.382	100.295	-	33.758
1.2.1.1) Licenciamento	293.246	287.304	103.228	106.916
1.2.2) Multas Ambientais	92.205	43.585	21.575	16.883
1.2.3) Taxa de Fiscalização Ambiental	22.819	27.209	-	17.916
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversões	6.995	8.117	2.933	2.576
1.4) Contingências Cíveis e Outras Provisões - Reversões	-	38.293	-	-
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>69.740</b>	<b>43.900</b>	<b>24.044</b>	<b>24.121</b>
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	29.317	25.971	11.577	8.424
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	16.417	11.275	6.426	4.014
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	-	-
2.4) Outras (Viagens / Seguros e outros)	13.525	6.654	5.501	2.255
2.5) Contingências Cíveis e Outras Provisões	10.481	-	540	9.428
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>380.171</b>	<b>471.371</b>	<b>108.530</b>	<b>158.358</b>
<b>4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>16.199</b>	<b>14.729</b>	<b>5.490</b>	<b>5.161</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>363.972</b>	<b>456.642</b>	<b>103.040</b>	<b>153.197</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>26.013</b>	<b>13.789</b>	<b>8.134</b>	<b>3.631</b>
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
6.2) Receitas financeiras	14.097	9.314	4.850	3.164
6.3) Outras	11.916	4.475	3.284	467
6.3.1) Convênios	11.126	3.211	3.021	865
6.3.2) Créditos e Estornos	790	1.264	263	(398)
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>389.985</b>	<b>470.431</b>	<b>111.174</b>	<b>156.828</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>389.985</b>	<b>470.431</b>	<b>111.174</b>	<b>156.828</b>
8.1) Remuneração Direta	342.947	377.154	119.600	165.369
8.2) Impostos, taxas e contribuições	93.351	87.333	31.794	31.451
8.2.1 – Federais	92.857	86.683	31.788	31.336
8.2.2 – Estaduais	1	1	1	1
8.2.3 – Municipais	493	649	5	114
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	13.801	12.164	4.727	4.026
8.3.1 – Juros	272	-	148	0
8.3.2 – Aluguéis	4.682	3.036	1.854	992
8.3.3 – Outras	8.847	9.128	2.724	3.034
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(60.114)	(6.220)	(44.947)	(44.018)
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-
8.4.2 – Dividendos	-	-	-	-
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(60.114)	(6.220)	(44.947)	(44.018)
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**INTERMEDIÁRIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais)

## **1. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

### **1.1 Contexto Operacional**

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

### **1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício**

#### **a) Mudança no Plano de Saúde**

A partir de 01.03.2025, o Plano de Assistência Médico e Hospitalar – PAMH, autogerido pela Companhia, foi substituído pelo Plano de Saúde Coletivo no padrão enfermagem, na modalidade coletiva empresarial, contributivo e de pré-pagamento mensal com coparticipação em exames simples e consultas, com todas as coberturas e especialidades previstas no rol de procedimentos vigentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A Unimed Seguros é a operadora do novo benefício saúde ofertado. Com essa alteração a Companhia pretende estabilizar as despesas com assistência médica.

#### **b) Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias**

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao 3º trimestre de 2025 foram aprovadas

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 17 de novembro de 2025 e 25 de novembro de 2025, respectivamente.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****- Declaração de conformidade e base de preparação:**

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

**- Moeda funcional e de apresentação:**

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

**- Fluxo de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IA S 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB). Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento; Atividades de investimento referem -se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***- Uso de estimativas e premissas contábeis:**

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras intermediárias no 3º trimestre de 2025 foram:

**a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)**

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliou os ativos em consonância à NBC TG 01(R4) - Norma Brasileira de Contabilidade – Redução ao valor recuperável de ativos e o método utilizado foi o Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. O parecer foi emitido em 15/04/2024 constatando que a Companhia não apresenta indício de perda do valor recuperável dos ativos, dispensando, assim, a necessidade de constituição de provisão por estimativa de perda de valor recuperável. Além disso, não foi identificado indicação de que algum Ativo ou grupo de Ativos da CETESB possa ter sofrido desvalorização em função de sua vida útil.

**b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.**

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

**c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – Geral – NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

**d) Normas e interpretações novas e revisadas**

Até 30 de setembro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente aos exercícios anteriores.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***a) Disponibilidades**

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

**b) Estoques**

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

**c) Depósitos Judiciais e Recursais**

Depósitos recursais são desenhos compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

**d) Imobilizado**

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

Em julho de 2025, a Companhia contratou uma empresa especializada para determinar a vida útil econômica remanescente e o valor residual de todos os bens do ativo imobilizado. O serviço foi executado e a Companhia está providenciando os ajustes no cadastro do ativo imobilizado no ERP Protheus, de acordo com o laudo emitido pela empresa. Até o encerramento do exercício, serão realizados os ajustes necessários para assegurar a conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

**e) Ativo Intangível**

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

**f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos**

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 30 de setembro de 2025 (nota explicativa nº 12).

**g) Contabilização dos Convênios**

A Companhia celebra “Convênios” com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas (nota explicativa nº 14).

**h) Contribuição Social**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real. Em 30/09/2025, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, teve uma base de cálculo negativa de (R\$ 41.499), ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

**i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

**j) Instrumentos Financeiros**

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

**4. DISPONIBILIDADES**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados “convênios” (vide nota explicativa 14) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Bancos	2.355	1.787
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	84.528	116.249
Total Recursos Próprios	86.883	118.036
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	10.172	7.565
<b>Total</b>	<b>97.055</b>	<b>125.601</b>

## 5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13º salário; assistência médica e viagens. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que até 28/02/2025 o plano de saúde que a CETESB oferecia aos seus empregados era administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos eram contratados pela CETESB, que arcava com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados era contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e era reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Ressalte-se que, em virtude de tratamentos contínuos e ininterruptos, haverá um período de coexistência temporária entre o plano anterior de autogestão e o novo plano assistencial contratado pela CETESB, assegurando a necessária continuidade assistencial aos empregados em tratamento. Para os adiantamentos que ultrapassassem o exercício corrente era constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 30/09/2025 a expectativa era de 76,8 anos. Com a migração para o novo plano, a dívida adquirida com o antigo plano será paga pelos empregados com saldos pendentes de acordo com os critérios estabelecidos.

	<u>CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Adiantamento de Assistência Médica	1.145	1.870	16.440	14.867
Adiantamento de Férias	965	2.059	-	-
Adiantamento de 13º Salário	5.688	-	-	-
Diversos	231	147	-	-
Atualização Legal Assistência Médica	-	-	(13.773)	(11.999)
PCLD - Assistência Médica	-	-	(2.266)	(2.437)
<b>Total</b>	<b>8.029</b>	<b>4.076</b>	<b>401</b>	<b>431</b>

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### a) Circulante

	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Pasep	6	5
Cofins	25	21
CSLL	241	131
Antecipação de Contribuição Social	48	1.234
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>1.391</b>

### b) Não Circulante

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	753	940
CSLL - Exercícios Anteriores	633	946
CSLL Estimada	2.780	1.345
PCLD	(1.585)	(1.056)
<b>Total</b>	<b>2.581</b>	<b>2.175</b>

## 7. PARCELAMENTOS A RECEBER

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais, conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe, e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b><u>CIRCULANTE</u></b>		<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>	
	<b><u>30.09.2025</u></b>	<b><u>31.12.2024</u></b>	<b><u>30.09.2025</u></b>	<b><u>31.12.2024</u></b>
Multas Fontes Móveis	25.704	583	208	24.194
Multas Fontes Estacionárias	12.445	3.444	5.203	11.990
Multas Agenda Verde	1.751	1.815	2.031	2.867
Assistência Médica	433	191	2.075	2.308
Diversos	28	57	56	76
PCLD	(34.105)	(129)	-	(32.371)
Atualização Legal	-	-	1.356	2.218
<b>Total</b>	<b>6.256</b>	<b>5.961</b>	<b>10.929</b>	<b>11.282</b>

### 8. VALORES A RECEBER – DÍVIDA ATIVA

No 3º trimestre de 2025, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa – SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos vencidos, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 97%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado na análise da média histórica de recebimentos, tomando por base os três últimos exercícios. Esta metodologia foi aprovada na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente.

#### a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

	<b><u>30.09.2025</u></b>	<b><u>31.12.2024</u></b>
Multas Fontes Estacionárias	778.656	11.943
Multas Agenda Verde	34.061	15.934
Multas Fumaça Preta	324	-
PCLD ( - )	(788.649)	(27.040)
Arrecadação de multas a repassar	-	114
Atualização Legal	21.252	-
PCLD ( - )	(20.615)	-
<b>Total</b>	<b>25.029</b>	<b>951</b>

#### b) Inscrições na Dívida Ativa – NÃO CIRCULANTE

Em 01/08/2025 os valores referentes ao Ativo não circulante foram transferidos para o Ativo circulante, por se tratar de valores vencidos até o exercício de 2018, conforme demonstrativo acima.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Multas Fontes Estacionárias	-	764.547
Multas Agenda Verde	-	18.823
Multas Fumaça Preta	-	345
PCLD ( - )	-	(760.204)
Atualização Legal	-	36.469
PCLD ( - )	-	(35.375)
	<u>-</u>	<u>24.605</u>

### c) Composição da PCLD – Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Multas Fontes Estacionárias	755.296	741.611
Multas Fontes Móveis	314	334
Multas Agenda Verde	33.039	18.259
<b>Total</b>	<b>788.649</b>	<b>760.204</b>

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 11.765 inscrições, até 30 de setembro de 2025.

## 9. IMOBILIZADO

### a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação		30.09.2025		31.12.2024		
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	-	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	77.353	(51.458)	25.895	76.600	(48.765)	27.835
Rede Telemétrica	10	2.233	(2.233)	-	2.233	(2.233)	-
Máquinas e Equipamentos	10	146.355	(93.168)	53.187	144.079	(86.001)	58.078
Móveis e Utensílios	10	6.407	(4.458)	1.949	5.759	(4.293)	1.466
Veículos e Embarcações	20 e 5	15.368	(12.692)	2.676	15.367	(11.842)	3.525
Microcomputadores/Periféricos	20	40.096	(25.058)	15.038	37.047	(21.538)	15.509
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	38.609	(13.345)	25.264	37.890	(12.239)	25.651
Outras Imobilizações		1.018	(138)	880	1.016	(131)	885
Imobilizações em Andamento		5.830	-	5.830	7.792	-	7.792
<b>Total</b>		<b>348.226</b>	<b>(202.550)</b>	<b>145.676</b>	<b>342.740</b>	<b>(187.042)</b>	<b>155.698</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Movimentação

	<u>31.12.2024</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas Depreciação</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Depreciações</u>	<u>30.09.2025</u>
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	27.835	230	-	523	-	(63)	(2.630)	25.895
Máquinas e Equipamentos	58.078	4.683	(164)	942	31	(3.170)	(7.213)	53.187
Móveis e Utensílios	1.466	532	- 29	12	29	133	(194)	1.949
Veículos e Embarcações	3.525	-	-	-	-	-	(849)	2.676
Microcomputadores/Periféricos	15.509	461	(86)	2.926	49	(242)	(3.579)	15.038
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.651	2	(2)	721	1	-	(1.109)	25.264
Outras Imobilizações	885	2	-	-	-	-	(7)	880
Imobilizações em Andamento	7.792	3.319	-	(5.098)	-	(183)	-	5.830
<b>Total</b>	<b>155.698</b>	<b>9.229</b>	<b>(281)</b>	<b>26</b>	<b>110</b>	<b>(3.525)</b>	<b>(15.581)</b>	<b>145.676</b>

### c) Exercício Anterior

	<u>31.12.2023</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas Depreciação</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Depreciações</u>	<u>31.12.2024</u>
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	30.050	82	(39)	1.366	39	-	(3.663)	27.835
Máquinas e Equipamentos	43.744	4.388	(1.531)	14.941	1.486	3.989	(8.939)	58.078
Móveis e Utensílios	924	744	(250)	32	243	30	(257)	1.466
Veículos e Embarcações	4.639	26	(67)	-	65	-	(1.138)	3.525
Microcomputadores/Periféricos	10.877	4.292	(1.921)	4.139	1.905	4	(3.787)	15.509
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.629	48	(178)	1.476	93	-	(1.417)	25.651
Outras Imobilizações	890	2	-	-	-	-	(7)	885
Imobilizações em Andamento	22.998	7.028	-	(22.097)	-	(137)	-	7.792
<b>Total</b>	<b>154.708</b>	<b>16.610</b>	<b>(3.986)</b>	<b>(143)</b>	<b>3.831</b>	<b>3.886</b>	<b>(19.208)</b>	<b>155.698</b>

## 10. INTANGÍVEL

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

### a) Saldos Patrimoniais

	Amortização		30.09.2025		Líquido	31.12.2024		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada			Custo	Amortização Acumulada	
<b>Software</b>	20	13.144	12.658	486		13.144	12.041	1.103
<b>Total</b>		<b>13.144</b>	<b>12.658</b>	<b>486</b>		<b>13.144</b>	<b>12.041</b>	<b>1.103</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Movimentação

	31.12.2024	Aquisições	Baixas	Amortizações	30.09.2025
Software	1.103	-	-	(617)	486
<b>Total</b>	<b>1.103</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(617)</b>	<b>486</b>

### c) Exercício Anterior

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Amortizações	31.12.2024
Software	1.925	-	-	(822)	1.103
<b>Total</b>	<b>1.925</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(822)</b>	<b>1.103</b>

## 11. FORNECEDORES

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia, bem como, pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais contratos estão destacados no quadro abaixo:

	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Serviços Assistência Médica	3.250	1.756
Devolução de Taxas	2.463	495
Prestação de serviços diversos	2.343	2.157
Serviços de Informática	2.184	615
Materiais de Laboratório	1.127	522
Máquinas e Equipamentos	593	74
Serviços de Limpeza	397	379
Energia Elétrica	327	166
Telefonia	307	159
Serviços de Segurança	227	219
Serviços de Manutenção	198	338
Água e Esgoto	172	96
Materiais Diversos	137	98
Depósitos Judiciais	133	-
<b>Total</b>	<b>13.858</b>	<b>7.074</b>



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR**

A Companhia efetua o pagamento dos salários dentro do próprio mês de competência. As férias, o 13º salário e a licença prêmio são provisionados com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS). O PPR – Programa de Participação nos Resultados é provisionado com base na folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior.

	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Salários	471	165
Prov.Férias e Encargos Sociais	51.469	48.381
Prov.13º Sal e Encargos Sociais	19.597	-
Prov. Licença Prêmio	-	91
Prov. Plano Demissão Incentiv.	-	51
Prov. Progr. Partic. Resultados	15.143	21.114
<b>Total</b>	<b>86.680</b>	<b>69.802</b>

**13. IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<b>CIRCULANTE</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Parcelamento Contribuições Previdenciárias	7.430	6.402	22.434	27.938
INSS sobre Folha de Pagamento	8.534	8.498	-	-
Imposto de Renda sobre Folha de Pagamento	5.249	9.801	-	-
Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço	2.172	3.503	-	-
Impostos e Contribuições de Terceiros	1.725	3.899	-	-
Fundo Nacional de Desenv da Educação	668	682	-	-
<b>Total</b>	<b>25.778</b>	<b>32.785</b>	<b>22.434</b>	<b>27.938</b>

**14. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS**

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de “convênios”. Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros. Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
FEHIDRO	5.661	2.070	1.899	3.086
SABESP	790	727	-	-
CERJU	381	345	970	878
LATU URUGUAI	247	224	-	-
COSAN	79	72	-	-
PETROBRAS	18	20	128	142
<b>Total</b>	<b>7.176</b>	<b>3.458</b>	<b>2.997</b>	<b>4.106</b>

## 15. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Trabalhistas	16.331	17.254	2.353	2.230
Cíveis	5.973	2.537	4.355	9.278
Fiscais:				
Autos Infrações 2009/2013	8.575	-	23.351	22.363
<b>Total</b>	<b>30.879</b>	<b>19.791</b>	<b>30.059</b>	<b>33.871</b>

O montante em 30/09/2025, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R\$ 12.294 (R\$ 12.874 em 31/12/2024).

A movimentação das provisões no 3º trimestre de 2025 está demonstrada a seguir:

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>19.483</b>	<b>11.815</b>	<b>22.363</b>
Adições	4.759	6.554	9.563
Reversões (-)	(4.522)	(7.162)	-
Baixas (-)	(1.038)	(879)	-
<b>Saldo em 30/09/2025</b>	<b>18.682</b>	<b>10.328</b>	<b>31.926</b>

### 15.1) Natureza das contingências

#### a) Provisão para Contingências Trabalhistas.

Consiste, principalmente em ações decorrentes de Dissídio Coletivo, de reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração ao emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e de diferenças de verbas rescisórias.

#### b) Provisão para Contingências Cíveis

Consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos relativos às emissões de licenças. Quanto aos processos impetrados por Fiesp/Ciesp, em relação a legalidade dos decretos retromencionados, foram protocoladas petições conjuntas das entidades e da CETESB, suspendendo seus andamentos, com vistas a um possível acordo. A Decisão de Diretoria nº 052/2025/P, de 15 de agosto de 2025 aprovou a proposta de acordo extrajudicial entre a CETESB, A FIESP e o CIESP para pôr fim à discussão objeto do Mandado de Segurança Coletivo nº 1011107-35.2018.8.26.0053, do Agravo de Instrumento nº 2201038-63.2022.8.26.0000 e do Mandado de Segurança Coletivo nº 1064352-24.2019.8.26.0053. Para este terceiro trimestre de 2025, não haverá alteração nos critérios de provisionamento estabelecidos, pois o acordo depende de homologação judicial. Outra parcela significativa, em termos de valor, refere-se a ações anulatórias de multa ambientais aplicadas.

A redução no provisionamento (R\$ 5.798) das datas base de 30/06/2025 para 30/09/2025 decorreu da mudança na percepção de risco, da Ação Civil Pública nº 1002124-49.2016.8.26.0075.

#### c) Provisão para Contingências Fiscais

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***c.1) Exercício de 2009**

Em 2014, a Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário de R\$ 36.587 referente a contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas à 2009. O montante atualizado em 30/09/2025 é de R\$ 77.612, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 23.351, como perda provável e R\$ 54.260 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.4.03.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

**c.2) Exercício de 2013**

Em 2018, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26.249. A Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 e multa de R\$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3.548, cujo valor atualizado em 30/09/2025 é de R\$ 7.262. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e, em 26/09/2025, foi publicado acórdão que negou seu provimento, conforme consta do processo nº 19515.720421/2018-16. Desta forma, foi restabelecido o lançamento no valor total de R\$ 6.561, que atualizado na posição de setembro de 2025 atinge o montante de R\$ 7.262. Sobre o montante de R\$ 6.561 foi acrescido contabilmente o valor de 20% referente a multa, totalizando R\$ 8.575. Em 30/09/2025, o Departamento Jurídico da CETESB reclassificou esse processo como “perda provável curta”.

**c.3) Exercícios de 2016 e 2017**

Em 13.01.2021, a Receita Federal analisou a documentação referente ao cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) do período de apuração de 01/01/2016 a 31/12/2017. Após análise, instaurou um Processo que culminou no Auto de Infração em relação à CSLL constituindo um crédito tributário no valor de R\$ 4.543, em relação à PIS/PASEP e COFINS instaurou outro Processo, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 30/09/2025 é de R\$ 34.992. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14/01/2021. Em 15/02/2021, foram

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações, além da discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como “perda possível”.

### d) Divulgação de Processos classificados como Perda Possível

	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Trabalhistas	12.959	13.663
Cíveis	172.903	165.641
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	54.260	51.995
Auto Infração - 2013 (2)	-	6.853
Autos Infrações - 2016/17 (3)	34.992	32.901
<b>Total</b>	<b>275.114</b>	<b>271.053</b>

- 1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.
- 2) Receita Federal – Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL. Reclassificado em 30/09/2025 como perda provável.
- 3) Receita Federal – Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

## 16. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores à 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R\$ 264, R\$ 29.582 e R\$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 25/07/2024 a Receita Federal emitiu 35 Despachos Decisórios, indeferindo parcialmente os valores compensados pela CETESB durante o exercício de 2021, referente ao período de 2016 a 2017, no valor atualizado de R\$ 22.237. Em 01 de novembro de 2024 a Companhia teve ciência da cobrança em conta corrente e o valor atualizado com multa e juros ficou na ordem de R\$ 34.922. Na 609ª reunião do Conselho de Administração do dia 05/12/2024, os Conselheiros aprovaram o parcelamento da dívida, sendo a primeira parcela paga em 20/12/2024. O valor de R\$ 30.474 foi revertido da provisão efetuada para essa finalidade. Em 30/09/2025 o saldo remanescente atualizado é de R\$ 65.464. (R\$ 59.710 em 31/12/2024). A variação do exercício de R\$ 5.753 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21.

Em 09 de setembro de 2025, a CETESB tomou ciência de oito Despachos Decisórios da Receita Federal, que indeferiram parcialmente compensações de créditos previdenciários referentes aos períodos de janeiro/2016 e janeiro a julho/2018, no valor atualizado de R\$ 9.795, já considerados na provisão para contingências previdenciárias. Em 09 de outubro de 2025, a Companhia apresentou manifestação de inconformidade em âmbito administrativo e aguarda análise pela Receita Federal.

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) **Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170.377 em 30/09/2025 (R\$ 170.377 em 31/12/2024), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e, 0,0001% de ações em tesouraria.
- b) **Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No 3º trimestre de 2025 houve a realização do montante de R\$ 212, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.502 (R\$ 18.714 em 31/12/2024);
- c) **Prejuízos Acumulados:** Compreende o prejuízo apurado no 3º trimestre de 2025 no valor de (R\$ 60.114) mais a reserva de reavaliação R\$ 233, a reversão da provisão da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para o exercício de 2024, no valor de R\$ 1.234 devido à apuração de base negativa, e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 91.422), totalizando o montante de (R\$ 150.070).
- d) **Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior de 7.133, conforme demonstrativo abaixo:

<b>Distribuição de Dividendos - Exercício 2021</b>	<b><u>Original</u></b>	<b><u>Reapresentado</u></b>
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

**18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita “Subvenção Econômica”, que até 30/09/2025 representou 5,01% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de “empresa dependente”, consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 18.078 de 03/01/2025 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 21.382 dos R\$ 127.935 previstos. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 69.319, de 22/01/2025 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de “controle preventivo da poluição”. Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados “à vista”.

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de “controle corretivo da poluição”, representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

	<u>30.09.2025</u>	<u>30.09.2024</u>	<u>3º Tri 25</u>	<u>3º Tri 24</u>
<b>Subvenção Econômica</b>	<b>21.382</b>	<b>100.295</b>	<b>-</b>	<b>33.758</b>
<b>Exercício de Poder de Polícia</b>				
Licenciamento	301.456	291.863	106.001	108.438
Multas Ambientais	92.205	43.586	21.576	16.883
Taxa de Fiscalização Ambiental	22.819	27.208	-	17.915
<b>Subtotal</b>	<b>416.479</b>	<b>362.657</b>	<b>127.577</b>	<b>143.236</b>
<b>Venda de Serviços/Produtos</b>				
Certificação Veículos/Motocicletas	10.218	7.410	3.499	3.196
Fehidro Agente Técnico	-	50	-	5
Emissão de Certidões	1.121	1.099	478	398
FECOP	104	281	28	110
Cursos	1.198	1.018	614	499
Análises Laboratoriais	503	561	174	206
Demais Receitas	120	53	45	17
<b>Subtotal</b>	<b>13.264</b>	<b>10.472</b>	<b>4.838</b>	<b>4.431</b>
<b>Deduções</b>				
PASEP/COFINS	(15.384)	(13.453)	(4.732)	(5.334)
ISS/ICMS	(607)	(454)	(218)	(192)
Cancelamento Vendas/Serviços	(65)	(5)	(21)	-
Devoluções Licenciamento	(8.097)	(3.117)	(2.723)	(747)
Cancel. de Multas Ambientais	(46)	(1.440)	(28)	(782)
<b>Subtotal</b>	<b>(24.199)</b>	<b>(18.469)</b>	<b>(7.722)</b>	<b>(7.055)</b>
<b>Total</b>	<b>426.926</b>	<b>454.955</b>	<b>124.693</b>	<b>174.370</b>

## 19. CUSTOS E DESPESAS

### a) Custos



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados**

	<b>30.09.2025</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>3º Tri 2025</b>	<b>3º Tri 2024</b>
Pessoal e Reflexos	281.261	275.879	100.537	96.885
Remuneração Diretoria	796	1.051	305	344
Assistência Médica	19.267	15.661	5.170	5.993
Materiais	6.186	5.300	2.297	1.837
Serviços de Terceiros	19.656	17.971	8.093	5.709
Viagens	1.834	1.592	678	635
Aluguéis	3.102	2.183	1.107	1.734
Utilidades	3.475	2.700	1.186	878
Imp/Taxas e Contribuições	143	438	4	3
Depreciações/Amortizações	10.886	10.330	3.644	3.586
Demais Despesas	1.560	489	462	304
<b>Total</b>	<b>348.166</b>	<b>333.594</b>	<b>123.483</b>	<b>117.908</b>

**b) Despesas**

**Despesas Gerais e Administrativas**

	<b>30.09.2025</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>3º Tri 2025</b>	<b>3º Tri 2024</b>
Pessoal e Reflexos	92.702	78.378	33.723	27.985
Pessoal Afastamento SEMIL	14.324	18.570	4.247	6.451
Pessoal Afastamento Fund Florestal	783	865	206	309
Remuneração Diretoria	629	603	213	200
Assistência Médica	10.003	10.378	2.036	4.463
Remuneração Órgãos Estatutários	1.764	1.765	595	588
Recup. Pessoal Afastamento Outros Órgãos	(296)	(210)	(128)	(79)
Materiais	2.797	1.877	1.079	664
Serviços de Terceiros	8.869	7.266	2.161	3.625
Servs. Prestados Partes Relacionadas	491	437	92	23
Viagens	516	578	213	192
Aluguéis	1.580	850	747	(742)
Utilidades	2.792	2.130	1.227	794
Seguros	335	387	90	113
Imp/Taxas e Contribuições	350	210	2	110
Depreciações/Amortizações	5.313	4.399	1.846	1.576
Baixas com venda de imobilizados	-	-	-	1.165
Demais Despesas	9.280	1.622	5.460	(1.756)
<b>Total</b>	<b>152.232</b>	<b>130.105</b>	<b>53.809</b>	<b>45.681</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	<u>30.09.2025</u>	<u>30.09.2024</u>	<u>3º Tri 2025</u>	<u>3º Tri 2024</u>
Recuperação Desp. de Convênios	11.126	3.209	3.021	865
Outras Recuperações	250	99	113	12
Prov. e Reversões de Contingências				
Trabalhistas/Cíveis	368	41.108	8.516	(8.845)
Outras Provisões e Reversões	(10.849)	(2.815)	(9.057)	(583)
Outras Despesas e Receitas	539	1.167	149	(409)
<b>Total</b>	<b>1.434</b>	<b>42.768</b>	<b>2.742</b>	<b>(8.960)</b>

**21. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

	<u>30.09.2025</u>	<u>30.09.2024</u>	<u>3º Tri 2025</u>	<u>3º Tri 2024</u>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Atualização Legal PGE	638	530	137	65
Atualização Legal Outros	2.311	3.679	758	666
Rendimentos Corretora	1.346	1.994	421	932
Rendimentos Aplicação Financeira	9.217	2.736	3.264	1.422
Outras Receitas Financeiras	585	372	269	78
<b>Total</b>	<b>14.097</b>	<b>9.311</b>	<b>4.849</b>	<b>3.163</b>
<b>(-) Despesas Financeiras</b>				
Despesas Bancárias	(108)	(386)	(10)	(127)
Atualização Legal	(2.863)	(2.201)	(363)	(643)
Atualização Cont. Previdenciárias	(5.753)	(6.457)	(2.311)	(2.244)
Juros Parcelamento INSS	(272)	-	(149)	-
Outras Despesas Financeiras	(123)	(84)	(39)	(20)
<b>Total</b>	<b>(9.119)</b>	<b>(9.128)</b>	<b>(2.872)</b>	<b>(3.034)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>4.978</b>	<b>183</b>	<b>1.977</b>	<b>129</b>

**22. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

**23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

**a) Remuneração dos Administradores**

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, pela Deliberação nº 1, de 15/03/2024, com vigência a partir de 11/02/2023, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 24/04/2024.

**b) Transações com Entidades Estaduais****I) Serviços contratados**

Em 30 de setembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 491 e R\$ 437 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica “Serviços Prestados Partes Relacionadas” no grupo “Despesas Gerais e Administrativas” (nota explicativa 19):

<b>Empresas</b>	<b><u>30.09.2025</u></b>	<b><u>30.09.2024</u></b>
PRODESP	319	210
SABESP	172	227
<b>Total</b>	<b>491</b>	<b>437</b>

**II) Serviços prestados**

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no 3º trimestre de 2025 e 2024 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 4.146 e R\$ 3.505, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de curso, serviços e produtos.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Empresas</b>	<b>30.09.2025</b>	<b>30.09.2024</b>
SABESP	3.147	3.112
METRO	582	82
DER	257	-
EMAE	111	-
CPTM	48	-
CDHU	1	-
DAEE	-	55
EMTU	-	242
SEC SAÚDE	-	5
SEMIL	-	5
USP	-	4
<b>Total</b>	<b>4.146</b>	<b>3.505</b>

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021. No demonstrativo abaixo estão detalhadas as despesas referentes ao 3º trimestre de 2025.

**Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)**  
**30.09.2025** **30.09.2024**

<b>Natureza da transação</b>	<b>Receita</b>	<b>Custos/de sp.</b>	<b>Ressarc. despesa</b>	<b>Total</b>	<b>Receita</b>	<b>Custos/de desp.</b>	<b>Ressarc. despesa</b>	<b>Total</b>
Cessão de empregados	-	12.766	-	12.766	-	17.136	-	17.136
Benef. a empregados	-	1.558	-	1.558	-	1.434	-	1.434
Telefone	-	176	-	176	-	197	-	197
Aprop.Depreciação	-	189	-	189	-	137	-	137
Energia Elétrica	-	357	-	357	-	198	-	198
Água/Esgoto	-	222	-	222	-	121	-	121
IPTU	-	-	-	-	-	6	-	6
Serv. Terceiros	-	1.272	-	1.272	-	781	-	781
<b>TOTAL</b>		<b>16.540</b>		<b>16.540</b>		<b>20.010</b>		<b>20.010</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)**  
**3º Trimestre 2025** **3º Trimestre 2024**

Natureza da transação	Receita	Custos/de sp.	Ressarc. despesa	Total	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total
Cessão de empregados	-	3.869	-	3.869	-	5.904	-	5.904
Benefícios a empregad	-	379	-	379	-	546	-	546
Telefone	-	66	-	66	-	86	-	86
Aprop.Depreciação	-	62	-	62	-	46	-	46
Energia Eletrica	-	113	-	113	-	59	-	59
Água/Esgoto	-	88	-	88	-	50	-	50
Serv. Terceiros	-	431	-	431	-	264	-	264
<b>TOTAL</b>		<b>5.008</b>		<b>5.008</b>		<b>6.955</b>		<b>6.955</b>

**Fundação Florestal**  
**30.09.2025**

**30.09.2024**

Natureza da transação	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total
Cessão de empregados	-	753	-	753	-	618	-	618
Benef. a empregados	-	30	-	30	-	247	-	247
Telefone	-	70	-	70	-	79	-	79
Aprop.Depreciação	-	75	-	75	-	55	-	55
Energia Eletrica	-	143	-	143	-	79	-	79
Água/Esgoto	-	89	-	89	-	48	-	48
IPTU	-	-	-	-	-	3	-	3
Serv. Terceiros	-	508	-	508	-	314	-	314
<b>TOTAL</b>		<b>1.668</b>		<b>1.668</b>		<b>1.443</b>		<b>1.443</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fundação Florestal								
3º Trimestre 2025					3º Trimestre 2024			
Natureza da transação	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total
Cessão de empregados	-	199	-	199	-	240	-	240
Benefícios a empregado	-	6	-	6	-	69	-	69
Telefone	-	27	-	27	-	34	-	34
Aprop. Depreciação	-	25	-	25	-	18	-	18
Energia Elétrica	-	45	-	45	-	24	-	24
Água/Esgoto	-	35	-	35	-	20	-	20
Serv. Terceiros	-	173	-	173	-	107	-	107
<b>TOTAL</b>		<b>510</b>		<b>510</b>		<b>512</b>		<b>512</b>

**c) Afastamento de Empregados**

Em 30 de setembro de 2025, a CETESB possuía 51 empregados afastados à SEMIL e 02 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica “Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 14.324 e R\$ 783 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 19.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica “Recuperação de Despesas – Afastamento de Empregados”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 296 e (R\$ 210 em 30/09/2024), demonstradas na nota explicativa nº 19

**d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas**

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

**c) Utilização de Imóveis**

A SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 23,72% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Secret. Agricultura e Abastecimento	2024	Indeterminado
Embu das Artes	SEMIL		
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jabotical	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiai	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	11/03/2029
Osasco	Semil		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Piracicaba	Detran	2023	01/05/2028
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	Semil		
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado

## 24. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados nas rubricas “Remuneração de Diretoria” e “Remuneração de Órgãos



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estatutários”, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas” (nota explicativa nº 19).

	Valores		Número de Membros			
	30.09.2025	30.09.2024	3º Tri 2025	3º Tri 2024	30.09.2025	30.09.2024
Conselho de Administração	879	882	297	296	11	11
Comitê de Auditoria (*)	580	580	193	193	3	3
Conselho Fiscal	305	303	105	99	5	5
Diretoria	1.425	1.654	518	544	5	5
<b>Total</b>	<b>3.189</b>	<b>3.419</b>	<b>1.113</b>	<b>1.132</b>	<b>24</b>	<b>24</b>

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata *temporis*, no mês de dezembro de cada ano.

(\*) Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

## **RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.**

Ilmos. Srs.  
Administradores e Acionistas da  
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, os resultados abrangentes, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as respectivas notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) - Demonstração Intermediária e a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, essa revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as demonstrações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfase**

### **Contingências Tributárias**

Conforme nota explicativa nº 15-“c”, tramitam na esfera judicial, recursos inerentes a contingências fiscais no montante de R\$ 117.751 mil em que a Companhia mantém discussão para o não pagamento de autos de infrações: a) Lavrados pela Secretaria da Receita Federal, nos exercícios de 2009, 2016 e 2017, relativos a contribuições do Pasep e Cofins, as quais não estão provisionadas contabilmente, pelo fato de que ainda não houve julgamento do processo; b) Da mesma forma, para CSLL, dos exercícios de 2009, 2013, 2016 e 2017, ambos efetivados através de Notificação Fiscal. Em 30/set./25, esses valores totalizavam a quantia de R\$ 96.514 mil. Com base no parecer dos assessores jurídicos, que classificaram os processos como sendo de perda possível, a administração decidiu que os efeitos tributários decorrentes deste procedimento não fossem reconhecidos contabilmente. Em 26/set./25, o CARF publicou acórdão que negou seu provimento sobre os valores da CSLL de 2013, que atualizado até 30/set./25, importava a quantia de R\$ 7.262 mil. Os assessores jurídicos da Companhia alteraram sua posição sobre a possibilidade de perda desse exercício de possível para provável, sendo constituída contabilmente a provisão de R\$ 8.575 já acrescido de juros e multa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

### **Contribuições Previdenciárias**

Conforme nota explicativa nº 16, em 09 de setembro de 2025 a CETESB, tomou ciência do despacho decisório da Receita Federal do Brasil indeferindo o uso dos créditos previdenciários referentes ao período de janeiro de 2016 e janeiro de 2018 a julho de 2018, em que a Companhia pleiteia utilização. O valor encontra-se provisionado e atualizado como contingências previdenciárias pelo valor de R\$ 9.795 mil. Em 09 de outubro de 2025, a Companhia apresentou manifestação de inconformidade em âmbito administrativo e aguarda análise pela Receita Federal. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Informações comparativas

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 14 de março de 2025, sem modificação e com ênfase quanto ao Programa de Demissão Incentivada - PDI, a provisão para contribuições previdenciárias e quanto à dependência econômica do acionista controlador. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2024 anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 09 de dezembro de 2024, sem modificação de opinião e ênfase quanto ao Programa de Demissão Incentivada - PDI e a eventos subsequentes sobre indeferimento de PER/DCOMPs previdenciários.

São Paulo, 25 de novembro de 2025.

ROBERTO  
CALDAS  
BIANCHESSI:  
38051745000

Assinado de forma  
digital por  
ROBERTO CALDAS  
BIANCHESSI:38051  
745000  
Dados: 2025.12.02  
13:08:33 -03'00'

